

Equipe de Tarcísio mandou apagar vídeo de tiroteio



Jornalistas se protegem durante tiroteio próximo a evento de Tarcísio em Paraisópolis Reprodução GloboNews

# Equipe de Tarcísio mandou cinegrafista apagar vídeo de tiroteio em Paraisópolis

Candidato fala em evitar exposição das pessoas; Jovem Pan, emissora do profissional, afirma que exibiu todas as imagens

Artur Rodrigues

SÃO PAULO. Áudio obtido pela Folha aponta que um integrante da campanha de Tarcísio de Freitas (Republicanos) mandou um cinegrafista da Jovem Pan apagar imagens do tiroteio que terminou com um suspeito morto e interrompeu agenda do candidato em Paraisópolis, na zona oeste de São Paulo, no último dia 17.

O profissional da emissora, que pediu para não ser identificado, fazia imagens da campanha do postulante ao Governo de São Paulo. Tarcísio estava na sede de um projeto social na favela quando um tiroteio entre policiais e suspeitos terminou com uma morte.

Em seguida, o cinegrafista e outros profissionais de imprensa foram em uma van da campanha a um prédio na zona sul usado pela campanha. Lá, perguntaram ao profissional o que havia filmado e deram ordem para que apagasse as imagens. "Você filmou os policiais atirando?", pergunta um integrante da campanha. "Não, trocando tiro efetivamente, não. Tenho tiro da PM pra cima dos caras", responde. O membro da campanha ainda perguntou se havia filmado as pessoas no local. "Você tem que apagar", diz o segurança.

A Folha apurou que as imagens já tinham sido enviadas à Jovem Pan. Logo após o tiroteio, a emissora exibiu imagens do local, da ação da polícia e da retirada às pressas da equipe de Tarcísio.

Procurada pela reportagem, a emissora se manifestou por meio de nota.

"A Jovem Pan exibiu todas as imagens feitas durante o tiroteio. O trabalho do cinegrafista permitia que a emissora fosse a primeira a noticiar o ocorrido no local. Não houve contato da campanha do candidato Tarcísio com a direção da emissora com intuito de restringir a exibição das imagens e (...) o trabalho jornalístico".

A Folha enviou a transcrição do áudio à assessoria de Tarcísio e questionou se a ordem do integrante da campanha não seria apagar uma prova do caso, que ainda se encontra sob investigação pela Polícia Civil do estado de São Paulo.

A equipe respondeu que "um integrante da equipe perguntou ao cinegrafista se ele havia

filmado aqueles que estavam no local e se seria possível não enviar essa parte para não expor quem estava lá".

Após a publicação da reportagem, Tarcísio falou que um "momento de tensão" poderia levar um membro da equipe a pedir o apagamento das imagens para "preservar a identidade de pessoas que fazem parte da nossa segurança".

A campanha de Tarcísio disse ainda que "um integrante da equipe perguntou ao cinegrafista da Jovem Pan se ele havia filmado aqueles que estavam no local e se seria possível não enviar essa parte do vídeo para não expor as pessoas que estavam lá". A pergunta, segundo a nota, foi feita na frente de outros jornalistas presentes.

"Nunca houve nenhum impedimento por parte da campanha em relação a isso. Qualquer afirmação que questione isso é uma mentira", diz a nota.

A Polícia Civil de SP decidiu pedir a íntegra dos vídeos em sua investigação.

O caso foi usado politicamente pelo presidente e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), no horário eleitoral veiculado no mesmo dia do episódio. "O candidato a governador de São Paulo Tarcísio de Freitas e sua equipe foram atacados por criminosos em Paraisópolis", afirma o locutor da propaganda.

Tarcísio, logo após o ocorrido, postou no Twitter que sua campanha havia sido "atacada por criminosos". Depois, disse que fora um ato de intimidação sem relação com política, mas com questão territorial.

Segundo os policiais, duas motocicletas, com duas pessoas em cada, passaram diversas vezes pelo local. Uma das duplas voltou ao lugar do ato de campanha registrando imagens com um celular e questionou um soldado da PM à paisana sobre quem teria autorizado o evento. Depois, os policiais relataram o som de uma rajada de tiros. Os motociclistas teriam retornado com armas longas e pessoas a pé com armas curtas. Um dos agentes se escondeu atrás de um carro blindado e passou a revidar, segundo o boletim de ocorrência.

A resistência aos criminosos teria sido feita por policiais à paisana.

O boletim de ocorrência cita que os fatos narrados indi-

**“** Pode ser que alguém na tensão tenha pedido para apagar alguma coisa (...) Eu não estou mais falando no assunto

**Tarcísio de Freitas (Republicanos)** candidato ao governo do estado de São Paulo

**“** Se você presenciou um crime, qual é a atitude correta: preservar os elementos para a investigação. Se você vai destruir os elementos para que o investigador consiga refazer o crime, você está obstruindo a Justiça

**Fernando Haddad (PT)** candidato ao governo do estado de São Paulo

cam que o suspeito foi morto por um dos policiais à paisana. Um vídeo mostra o suspeito Felipe Silva de Lima, 29, caído no chão no momento em que um PM pede autorização ao tenente para checar se o homem tinha "arma na cintura".

A polícia achou com ele um coldre, um celular, um relógio e munição, mas nenhuma arma. O delegado-geral da Polícia Civil, Osvaldo Nico Gonçalves, disse que ela pode ter sido levada por motoristas que tentaram resgatar Lima.

O policial apontado como autor dos disparos que mataram o suspeito havia passado por treinamento na Escola de Inteligência da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), órgão do governo federal, em Barbacena (MG).

Questionada, a Abin disse que não tem servidores fazendo a segurança de candidatos a governos estaduais, mas que um servidor está de licença para tratar de interesses particulares e acompanhar Tarcísio.

O ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), general Augusto Heleno, falou sobre o caso à Jovem Pan. "Recebi a informação desse possível atentado imediatamente após o ocorrido. Recebi por intermédio da Abin." À ocasião, ele diz que a segurança de Tarcísio é fornecida pelo estado de São Paulo.

Imagens do local também mostram o agente bolsoneirista da Polícia Federal Danilo Campetti com arma em punho à saída de pessoas do prédio onde Tarcísio estava.

Sobre o episódio ocorrido em Paraisópolis, inclusive se os agentes envolvidos são da segurança fixa de Tarcísio, a Polícia Militar alega "gran desígnio nos fatos que envolvem a segurança dos candidatos, bem como na segurança dos eventos político-partidos".

O candidato Fernando Haddad (PT) provocou o adversário ao Governo de São Paulo. "O que Tarcísio quer esconder de você?", escreveu em rede social o ex-prefeito paulistano, que também divulgou o áudio.

Em agenda de campanha no interior, Haddad afirmou que se trata de um crime.

"Como é um áudio que foi confirmado pelo meu adversário, é grave. Precisa apurar a responsabilidade porque isso é crime", declarou Haddad

Continua na pág. A7

Continuação da pág. A6

"Se você presenciou um crime, qual é a atitude correta, preservar os elementos para a investigação. Se você vai destruir os elementos para que o investigador consiga refazer o crime, você está obstruindo a Justiça. É muito grave, e essa é uma prática típica de milícia", afirmou.

**Bolsonarista afirma que pedido visou preservar pessoas**

#### OUTRO LADO

**SÃO PAULO** O candidato ao Governo de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que "momento de tensão" e "preservar a identidade de pessoas que fazem parte da nossa segurança" foram os motivos para membro de sua equipe pedir a um cinegrafista da Jovem Pan que apagasse as imagens do tiroteio que interrompeu a visita a um centro social em Paraisópolis.

"Pode ser que alguém na tensão tenha pedido para apagar alguma coisa", disse o candidato, lamentando que "a imprensa passa a ser sensacionalista com isso".

"Eu não estou mais falando no assunto, a imprensa toda hora traz esse assunto para a pauta, não tem sentido", afirmou. "O interesse [da imprensa] é fazer sensacionalismo, é dar uma causada".

Mais cedo, em rede social, Tarcísio usou o termo "narrativa mentirosa" para se referir a áudio do cinegrafista revelado pela Folha. Carlos Petrócio e AR

# Ordem para apagar vídeo pode ser crime e precisa de apuração

Advogados citam possíveis delitos, mas parte diz não haver elementos suficientes

**Flávio Ferreira e Rogério Pagnan**

**SÃO PAULO** A ordem de um integrante da equipe do candidato ao Governo de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) a um cinegrafista da Jovem Pan para que apagasse as imagens do tiroteio que interrompeu a visita do político à favela de Paraisópolis pode configurar a prática de até cinco crimes diferentes previstos no Código Penal, segundo especialistas ouvidos pela Folha.

Parte dos advogados em direito penal ouvidos pela reportagem vê indícios de possíveis delitos de obstrução à Justiça, favorecimento pessoal, supressão de documento, fraude processual e coação no curso do processo, além de violações à legislação eleitoral.

Outros criminalistas avaliam ainda não haver elementos suficientes para enquadramento no Código Penal, mas defendem uma investigação.

A advogada criminalista Ana Carolina Moreira Santos diz que a conduta pode configurar ato de obstrução à Justiça.

"O caso merece investigação mais profunda, sobretudo quanto à motivação do pedido ou ordem para apagar o vídeo, bem como sobre as circunstâncias do fato original, mas é possível constatar contornos do crime de favorecimento pessoal ou de embaraço à investigação", afirma.

Ela diz que o ato pode levar os responsáveis a responderem também por crime de "supressão de documento", que consiste em destruir ou ocultar documento público

ou particular verdadeiro, sobre o qual não se tinha direito.

O criminalista Gabriel Bulhões diz que, para configurar o crime de obstrução à Justiça, é preciso que o caso envolva também um contexto de investigação de organização criminosa, uma vez que esse tipo de delito está previsto na lei específica que trata dos grupos criminosos, a Lei 12.850, de 2013.

Mas, mesmo que não haja organização criminosa no episódio, a conduta da equipe de Tarcísio pode ser em tese enquadrada na conduta de fraude processual, prevista no artigo 347 do Código Penal, ou crime de coação, definido no artigo 344 do mesmo código.

Para ele, "é preciso verificar se na reunião com os jornalistas houve algo ameaçador no sentido de oferecer até um ris-

co contra a integridade física dos presentes".

Quanto às possíveis repercussões no campo eleitoral, ele diz que primeiro teria que ser comprovada prática ilícita da campanha de Tarcísio e "se tiver um potencial de interferir no pleito eleitoral, isso pode caracterizar abuso de poder dentro da campanha".

O criminalista Celso Vilardi diz que o fato merece ser aprofundado, mas a princípio não vê a ocorrência de obstrução à Justiça ou outro delito.

"O embaraço à investigação deve envolver organização criminosa. Daí que, apesar de não descartar, não vejo elementos que me façam concluir pela prática criminosa", diz Vilardi.

A advogada especialista em direito penal Maria Jamile José também diz não verificar ain-

da obstrução de Justiça.

"O crime de obstrução se configura quando há intervenção inapropriada, tentativa de dificultar investigação de crimes que envolvem organização criminosa. No caso não me parece que havia uma investigação instaurada nem que seria caso de investigação de organização criminosa. Então, não enxergo, a priori, a tipificação do crime de obstrução à Justiça", afirma a criminalista.

A Polícia Civil de São Paulo pedirá a íntegra dos vídeos do tiroteio que a equipe de Tarcísio de Freitas mandou apagar.

O pedido para que a investigação tenha acesso ao conteúdo completo das imagens, segundo a Folha apurou, foi feito por policiais do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), dirigido por Elisabete Sato, após reportagem publicada pelo jornal.

Integrantes da Polícia Civil dizem reservadamente que a destruição de provas é considerada uma conduta grave, até porque imagens ajudam os investigadores a entender a dinâmica de ataques.

O advogado Arel de Castro Alves, do grupo Tortura Nunca Mais, oficiou a Ouvidoria da Polícia para apurar o caso.

## Tarcísio tem 46% em SP, e Haddad, 43%, afirma Ipec

**RIO DE JANEIRO** Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Fernando Haddad (PT) estão tecnicamente empatados na disputa pelo Governo de São Paulo, com 46% a 43% das intenções de voto, respectivamente, aponta pesquisa Ipec divulgada nesta terça (25).

No levantamento anterior, há duas semanas, o bolsonarista tinha os mesmos 46%

e o petista, 41%. A diferença, portanto, oscilou de cinco para três pontos percentuais, ficando agora na margem de erro de dois pontos, para mais ou para menos.

Os que pretendem votar em branco ou anular foram de 9% a 7%, e os que ainda não decidiram seu voto ficaram em 4%.

Na conta dos votos válidos, Tarcísio foi de 53% a 52% e Had-

dad, de 47% para 48%. A conta exclui os brancos e nulos e é usada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para totalizar o resultado das eleições.

Na pesquisa espontânea, onde os nomes não são lidos ao entrevistado, o ex-ministro também segue à frente, com 35% de menções, ante 32% do ex-prefeito. Ambos subiram em relação à última rodada,

quando tinham 34% e 30%.

Os indecisos passaram de 23% a 21%, e os brancos e nulos, que variaram de 11% para 10%.

O petista tem a maior taxa de rejeição: 43% dizem que não votariam nele de jeito nenhum, mesmo número da semana passada. A recusa ao bolsonarista subiu dois pontos e agora está em 31%.

Os entrevistados que dizem

estar certos da escolha foram de 84% a 87%, e os que ainda podem trocar, de 16% para 13%.

O Ipec ouviu 2.000 pessoas presencialmente de domingo (23) até terça em 83 cidades paulistas, sob o registro SP-06977/2022. O Ipec foi criado em 2021 por ex-executivos do Ibope Inteligência, que encerrou suas atividades como o fim do licenciamento da marca.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 6 e 7